



COORDENADORIA GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - COGEL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 079/SMSUB/COGEL/2025
LOTE 01

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/SMSUB/COGEL/2025

PROCESSO SEI Nº: 6012.2025/0001300-5

TIPO: MENOR PREÇO

ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS.

DETENTORA: GESTOR ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 57.646.374/0001-04.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E EXECUÇÃO DE OBRAS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO EM RUAS DE TERRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS NO ANEXO III.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 6.192.985,83 (SEIS MILHÕES, CENTO E NOVENTA E DOIS MIL, NOVECENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS).

Pelo presente, a **SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS**, inscrita no CNPJ sob o nº 49.269.236/0001-17, neste ato, representada pela Senhora Chefe de Gabinete **CINTIA GRECOV PERES**, adiante designado apenas **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a empresa **GESTOR ENGENHARIA LTDA** situada na Rua Doutor Melo Alves, nº 89 - Conj. 401 - Cerqueira César - São Paulo/SP - CEP: 01417-010, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.846.687/0001-43, neste ato representada por seu representante legal, conforme documento comprobatório, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 62.100/2022 e demais normas aplicáveis à espécie, resolvem registrar os preços apurados no CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/SMSUB/COGEL/2025, do Processo SEI nº 6012.2025/0001300-5, nos termos das cláusulas e condições que seguem:



1. OBJETO

1.1. Constitui objeto desta Ata de Registro de Preços para o Registro de preços para contratação de serviços técnicos especializados de elaboração de Projeto Executivo e Execução de Obras de Drenagem e Pavimentação em ruas de terra, conforme especificações técnicas descritas no ANEXO III e demais anexos da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/SMSUB/COGEL/2025, e parte integrante deste ajuste, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.2. Os serviços serão prestados no Município de São Paulo, nos locais que compõem o LOTE 01, em rigoroso respeito às especificações técnicas contidas no ANEXO III do edital da Concorrência nº 005/SMSUB/COGEL/2025, e compreendem o fornecimento de mão-de obra e equipamentos necessários para preparo do que for necessário à perfeita execução dos serviços.

1.3. ESTIMATIVA DE UTILIZAÇÃO:

ÁREA A SER EXECUTADA			
LOTE	SUBPREFEITURA	ÁREA APROXIMADA A SER EXECUTADA (m²)	VALOR GLOBAL DO LOTE
01	ITAQUERA	12.700,00	R\$ 6.192.985,83

1.3.1. A contratação dos serviços dentro das quantidades estimadas para cada LOTE independará de anuência da contratada.

1.3.2. Os serviços deverão ser executados de acordo com as especificações contidas no ANEXO III – Termo de Referência, do edital.

2. DOS PREÇOS

2.1. Vigorarão nesta Ata os seguintes preços:



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

COORDENADORIA GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - COGEL

PLANILHA DE CUSTOS UNITÁRIOS - LOTE 01 - SUBPREFEITURA ITAQUERA							
ÁREA APROXIMADA (m²): 12.700,00							
Item	FONTE	Código	Descrição	Unid	Quant.	CUSTO UNITÁRIO	TOTAL SEM BDI
1	SERVIÇOS PRELIMINARES - CANTEIRO						R\$ 69.510,99
1.1	EDIF	1703002	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M2	2,00	R\$ 353,14	R\$ 706,28
1.2	INFRA	0301800	VISTORIA TÉCNICA DE VIAS DE PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO	M/VI A	3.398	R\$ 3,28	R\$ 11.145,44
1.3	INFRA	1011000	LOCAÇÃO DE EIXO DE REFERÊNCIA PARA PROJETO DE VIA PÚBLICA	M	3.398,15	R\$ 5,65	R\$ 19.199,54
1.4	INFRA	1013000	NIVELAMENTO DE SEÇÕES TRANSVERSAIS	M/SE C	3.398,15	R\$ 3,37	R\$ 11.451,76
1.5	INFRA	1015000	NIVELAMENTO DO EIXO DE VIA PÚBLICA INCLUSIVE SOLEIRAS, GUIAS E TAMPÕES	M	3.398,15	R\$ 5,29	R\$ 17.976,21
1.6	INFRA	10018000	PROTEÇÃO PARA TERCEIROS COM TELA DE NYLON	M2	1,16	R\$ 4,19	R\$ 4,86
1.7	SETOP	ED-50155	LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO, DIMENSÃO (110X120X230)CM, LINHA PADRÃO, CONTENDO UMA (1) PIA/HIGIENIZADOR DE MÃOS, INCLUSIVE MANUTENÇÃO E MOBILIZAÇÃO/DESMOBILIZAÇÃO	MÊS	5,15	R\$ 811,56	R\$ 4.179,53
1.8	SETOP	ED-16350	LOCAÇÃO DE CONTAINER COM ISOLAMENTO TÉRMICO, TIPO 3, PARA DEPÓSITO/FERRAMENTARIA DE OBRA, COM MEDIDAS REFERENCIAIS DE (6) METROS COMPRIMENTO, (2,3) METROS LARGURA E (2,5) METROS ALTURA ÚTIL INTERNA, INCLUSIVE LIGAÇÕES ELÉTRICAS INTERNAS, EXCLUSIVE MOBILIZAÇÃO/DESMOBILIZAÇÃO E LIGAÇÕES PROVISÓRIAS EXTERNAS	MÊS	5,15	R\$ 695,39	R\$ 3.581,25
1.9	EDIF	1001001	LIMPEZA MECANIZADA GERAL, INCLUSIVE REMOÇÃO DA COBERTURA VEGETAL - TRONCOS COM DIÂMETRO ATÉ 10CM - SEM TRANSPORTE	M2	94,17	R\$ 1,75	R\$ 164,79
1.10	INFRA	4012000	ESCAVAÇÃO MECÂNICA, CARGA E REMOÇÃO DE TERRA ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE 1,0KM, COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 17M3	M3	11,77	R\$ 9,91	R\$ 116,64
1.11	INFRA	4061000	REMOÇÃO DE TERRA ALÉM DO PRIMEIRO KM, COM CAMINHÃO DE 17M3	M3XKM	547,34	R\$ 0,94	R\$ 514,49
1.12	CDHU	05.09.007	TAXA DE DESTINAÇÃO DE RESÍDUO EM ATERRO, TIPO SOLO/TERRA	M3	20,01	R\$ 23,50	R\$ 470,20
2			PAVIMENTAÇÃO				R\$ 2.564.798,22





**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

COORDENADORIA GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - COGEL

2.1	INFRA	05-007-000	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE RUAS DE TERRA (IE-5)	M2	4.354,29	R\$ 2,77	R\$ 12.061,38
2.2	INFRA	05-010-000	ABERTURA DE CAIXA ATÉ 40CM, INCLUI ESCAVAÇÃO, COMPACTAÇÃO, TRANSPORTE E PREPARO DO SUB-LEITO	M2	22.480,08	R\$ 22,74	R\$ 511.197,01
2.3	INFRA	04-012-000	ESCAVAÇÃO MECÂNICA, CARGA E REMOÇÃO DE TERRA ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE 1,0KM, COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 17M3	M3	423,69	R\$ 9,91	R\$ 4.198,76
2.4	INFRA	04-061-000	REMOÇÃO DE TERRA ALÉM DO PRIMEIRO KM, COM CAMINHÃO DE 17M3	M3XKM	19.701,64	R\$ 0,94	R\$ 18.519,54
2.5	CDHU	05.09.007	Taxa de destinação de resíduo em aterro, tipo solo/terra	M3	720,27	R\$ 23,50	R\$ 16.926,46
2.6	INFRA	05-078-001	CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DE CONCRETO ASFÁLTICO ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE IDA E VOLTA DE 1KM	M3	39,02	R\$ 15,50	R\$ 604,81
2.7	INFRA	05-078-007	TRANSPORTE DE CONCRETO ASFÁLTICO ALÉM DO PRIMEIRO KM	M3XKM	519,04	R\$ 2,30	R\$ 1.193,79
2.8	INFRA	05-014-001	INC.27 - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE GUIAS TIPO PMSP 100, INCLUSIVE ENCOSTAMENTO DE TERRA - FCK=20,0MPA	M	4.421,96	R\$ 44,57	R\$ 197.086,75
2.9	INFRA	05-014-002	INC.27 - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE GUIAS TIPO PMSP 100, INCLUSIVE ENCOSTAMENTO DE TERRA - FCK=25,0MPA	M	405,57	R\$ 46,49	R\$ 18.854,94
2.10	INFRA	05-013-000	INC.27 - BASE DE CONCRETO FCK=15,00MPA PARA GUIAS, SARJETAS OU SARJETÕES	M3	50,14	R\$ 460,66	R\$ 23.097,49
2.11	INFRA	05-019-002	INC.27 - CONSTRUÇÃO DE SARJETA OU SARJETÃO DE CONCRETO - FCK= 20,0MPA	M3	228,92	R\$ 584,86	R\$ 133.886,15
2.12	INFRA	06-005-000	IHD.23 - LASTRO DE BRITA E PÓ DE PEDRA	M3	28,86	R\$ 208,96	R\$ 6.030,58
2.13	INFRA	05-021-001	BASE DE MACADAME HIDRÁULICO	M3	1.124,86	R\$ 282,65	R\$ 317.941,67
2.14	INFRA	05-024-001	BASE DE MACADAME BETUMINOSO	M3	562,43	R\$ 725,41	R\$ 407.992,34
2.15	INFRA	14-002-004	REFORÇO DO SUB-LEITO/SUB-BASE DE SOLO MELHORADO COM AGREGADO RECICLADO 10% EM VOLUME, COM FORNECIMENTO DE AGREGADO	M3	136,59	R\$ 32,52	R\$ 4.441,90
2.16	INFRA	05-026-000	INA.01 - IMPRIMAÇÃO BETUMINOSA LIGANTE	M2	16.933,33	R\$ 5,43	R\$ 91.947,98
2.17	INFRA	05-027-000	IMPRIMAÇÃO BETUMINOSA IMPERMEABILIZANTE	M2	12.700,00	R\$ 9,38	R\$ 119.126,00
2.18	INFRA	05-029-000	INA.01 - REVESTIMENTO DE PRÉ-MISTURADO À QUENTE (SEM TRANSPORTE)	M3	560,38	R\$ 1.168,04	R\$ 654.546,25





**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

COORDENADORIA GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - COGEL

2.19	INFRA	05-077-01	CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DE PMQ ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE IDA E VOLTA DE 1KM	M3	560,38	R\$ 15,02	R\$ 8.416,90
2.20	INFRA	05-077-07	TRANSPORTE DE PMQ ALÉM DO PRIMEIRO KM	M3XKM	7.401,56	R\$ 2,26	R\$ 16.727,52
3			CALÇADA				R\$ 474.243,65
3.1	EDIF	17-002-043	NC.27 - PASSEIO DE CONCRETO ARMADO, FCK=25MPA, INCLUINDO PREPARO DA CAIXA E LASTRO DE BRITA	M3	422,87	R\$ 1.043,45	R\$ 441.243,70
3.2	EDIF	13-002-04	ACABAMENTO DE PISO DE CONCRETO TIPO BAMBOLÊ	M2	5.483,25	R\$ 5,90	R\$ 32.351,17
3.3	EDIF	20-006-02	CONCRETO - ENSAIOS DE RUPTURA A COMPRESSÃO (CORPOS DE PROVA)	UN	33	R\$ 19,66	R\$ 648,78
4			DEMOLIÇÃO / REMANEJAMENTO				R\$ 225.552,20
4.1	INFRA	05-001-00	ARRANCAMENTO DE GUIAS, INCLUI CARGA EM CAMINHÃO	M	172,32	R\$ 10,25	R\$ 1.766,28
4.2	INFRA	05-003-00	DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTO DE CONCRETO, SARJETA OU SARJETÃO, INCLUI CARGA EM CAMINHÃO	M2	74,82	R\$ 26,27	R\$ 1.965,52
4.3	INFRA	05-004-00	DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO, INCLUSIVE CAPA, INCLUI CARGA NO CAMINHÃO	M2	5.792,56	R\$ 17,98	R\$ 104.150,22
4.4	INFRA	05-017-00	ARRANCAMENTO E REASSENTAMENTO DE GUIAS SOBRE CONCRETO	M	125,20	R\$ 36,61	R\$ 4.583,57
4.5	INFRA	17-050-023	DEMOLIÇÃO MECANIZADA DE CONCRETO ARMADO	M3	79,66	R\$ 337,74	R\$ 26.904,36
4.6	EDIF	17-050-045	DEMOLIÇÃO DE GUIAS DE CONCRETO	M	708,61	R\$ 9,64	R\$ 6.831,00
4.7	EDIF	17-050-048	DEMOLIÇÃO DE SARJETAS DE CONCRETO	M	557,09	R\$ 14,46	R\$ 8.055,52
4.8	EDIF	01-001-05	CARGA MECANIZADA E REMOÇÃO DE ENTULHO, INCLUSIVE TRANSPORTE ATÉ 1KM	M3	50,62	R\$ 8,97	R\$ 454,06
4.9	EDIF	01-001-010	TRANSPORTE DE ENTULHO POR CAMINHÃO BASCULANTE, A PARTIR DE 1KM	M3XKM	21.280,39	R\$ 1,25	R\$ 26.600,48
4.10	INFRA	05.09.006	Taxa de destinação de resíduo em aterro, tipo inerte	M3	1.098,34	R\$ 40,28	R\$ 44.241,19
5			SONDAGEM A TRADO MANUAL				R\$ 31.059,03
5.1	INFRA	02-001-01	SONDAGEM A TRADO MANUAL	M	23,40	R\$ 83,14	R\$ 1.945,47
5.2	INFRA	02-006-01	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - UMIDADE NATURAL	ENS.	21	R\$ 25,73	R\$ 540,33
5.3	INFRA	02-006-02	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - LIMITE DE LIQUIDEZ	ENS.	21	R\$ 110,51	R\$ 2.320,71
5.4	INFRA	02-006-03	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - PLASTICIDADE	ENS.	21	R\$ 88,85	R\$ 1.865,85
5.5	INFRA	02-006-04	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - COMPACTAÇÃO	ENS.	21	R\$ 294,75	R\$ 6.189,75





**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

COORDENADORIA GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - COGEL

5.6	INFRA	02-006-005	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - GRANULOMETRIA	ENS.	21	R\$ 180,39	R\$ 3.788,19
5.7	INFRA	02-006-009	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - CBR-5 PONTOS (MOLDADO)	ENS.	21	R\$ 686,13	R\$ 14.408,73
6			PROJETO				R\$ 145.734,70
6.1	INFRA	03-001-000	DIMENSIONAMENTO DE PAVIMENTO	FURO	21	R\$ 105,49	R\$ 2.215,29
6.2	INFRA	03-027-000	ENGENHEIRO/ ARQUITETO SÊNIOR	H	55,87	R\$ 212,85	R\$ 11.891,92
6.3	INFRA	03-029-000	ENGENHEIRO/ ARQUITETO PLENO	H	65,02	R\$ 134,47	R\$ 8.743,23
6.4	INFRA	03-030-000	ENGENHEIRO/ ARQUITETO JUNIOR	H	140,45	R\$ 99,89	R\$ 14.029,55
6.5	INFRA	03-033-000	TECNÓLOGO EM CONSTRUÇÃO CIVIL NÍVEL SUPERIOR, COM 5 À 10 ANOS DE EXPERIÊNCIA	H	187,11	R\$ 72,72	R\$ 13.606,63
6.6	INFRA	03-051-000	TÉCNICO - NÍVEL MÉDIO	H	301,32	R\$ 70,50	R\$ 21.243,06
6.7	INFRA	03-052-001	PLOTAGEM EM PAPEL SULFITE, TAMANHO A1, COLORIDA (ARQUIVO ORIGINAL COM EXTENSÃO "PLT")	UN	36	R\$ 12,52	R\$ 450,72
6.8	INFRA	03-053-018	PROJETO EXECUTIVO (PRANCHA A1)	UN	18	R\$ 4.086,35	R\$ 73.554,30
7			DRENAGEM				R\$ 1.477.659,31
7.1	INFRA	06-008-000	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO SIMPLES - DIÂMETRO 40CM	M	181,43	R\$ 89,04	R\$ 16.154,52
7.2	INFRA	06-009-000	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO SIMPLES - DIÂMETRO 50CM	M	90,71	R\$ 124,07	R\$ 11.254,38
7.3	INFRA	06-010-001	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO, DIÂMETRO 60CM - TIPO PA-2	M	1.487,71	R\$ 162,74	R\$ 242.109,92
7.4	INFRA	06-012-001	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO, DIÂMETRO 80CM - TIPO PA-2	M	326,57	R\$ 334,09	R\$ 109.103,77
7.5	INFRA	04-001-000	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA FUNDAÇÕES E VALAS COM PROFUNDIDADE MÉDIA MENOR OU IGUAL À 1,50M	M3	179,84	R\$ 76,88	R\$ 13.826,09
7.6	INFRA	04-004-000	ESCAVAÇÃO MECÂNICA PARA FUNDAÇÕES E VALAS COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL À 4,0M	M3	2.852,41	R\$ 15,91	R\$ 45.381,84
7.7	INFRA	04-009-000	REENCHIMENTO DE VALA COM COMPACTAÇÃO, SEM FORNECIMENTO DE TERRA	M3	1.714,41	R\$ 16,70	R\$ 28.630,64
7.8	INFRA	04-016-000	CARGA E REMOÇÃO DE TERRA ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE 1,0KM, COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 17M3	M3	1.259,02	R\$ 8,70	R\$ 10.953,47





**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

COORDENADORIA GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - COGEL

7.9	INFRA	04-061-000	REMOÇÃO DE TERRA ALÉM DO PRIMEIRO KM, COM CAMINHÃO DE 17M3	M3XKM	32.631,57	R\$ 0,94	R\$ 30.673,67
7.10	INFRA	05.09.007	Taxa de destinação de resíduo em aterro, tipo solo/terra	M3	92,93	R\$ 23,50	R\$ 2.183,94
7.11	INFRA	06-005-000	IHD.23 - LASTRO DE BRITA E PÓ DE PEDRA	M3	75,53	R\$ 208,96	R\$ 15.782,74
7.12	INFRA	06-003-000	ESCORAMENTO DESCONTÍNUO DE MADEIRA PARA CANALIZAÇÃO DE TUBOS	M2	183,02	R\$ 65,87	R\$ 12.055,52
7.13	INFRA	06-018-001	POÇO DE VISITA TIPO 1 - 1,40 X 1,40 X 1,40M	UN	109,00	R\$ 4.934,02	R\$ 537.808,18
7.14	INFRA	06-020-003	INC.27 - INSTALAÇÃO DE TAMPÃO PARA GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS - ARTICULADO, EXCETO FORNECIMENTO DE TAMPÃO	UN	36,00	R\$ 138,93	R\$ 5.001,48
7.15	INFRA	06-019-000	CHAMINÉ DE POÇO DE VISITA COM ALVENARIA DE UM TIJOLO COMUM	M	36,29	R\$ 1.153,73	R\$ 41.868,86
7.16	INFRA	06-020-021	FORNECIMENTO DE TAMPÃO DE FERRO FUNDIDO DÚCTIL CLASSE MÍNIMA 400 (40T) D=600MM - NBR 10160 ARTICULADO - P/ GAL. ÁGUAS PLUV.	UN	36,29	R\$ 455,00	R\$ 16.511,95
7.17	INFRA	06-022-003	BOCA DE LOBO SIMPLES	UN	72,57	R\$ 2.035,80	R\$ 147.738,00
7.18	INFRA	06-065-005	INC.27 - INSTALAÇÃO DE BOCA DE LEÃO SIMPLES COM GRELHA ARTICULADA, EXCETO FORNECIMENTO DA GRELHA	UN	72,57	R\$ 2.360,76	R\$ 171.320,35
7.19	INFRA	06-065-021	FORNECIMENTO DE GRELHA TIPO "BOCA DE LEÃO" DE FERRO FUND. DÚCTIL CL. MÍN.250 - 25T - DIM. APR=810X270MM - NBR 10160 - T. ARTICU. - P/ GAL. ÁGUAS PLUV.	UN	72,57	R\$ 265,95	R\$ 19.299,99
8			TERRAPLENAGEM				R\$ 215.261,24
8.1	EDIF	01-001-005	CARGA MECANIZADA E REMOÇÃO DE ENTULHO, INCLUSIVE TRANSPORTE ATÉ 1KM	M3	2.094,73	R\$ 8,97	R\$ 18.789,73
8.2	EDIF	01-002-010	CARGA MECANIZADA E REMOÇÃO DE TERRA, INCLUSIVE TRANSPORTE ATÉ 1KM	M3	162,98	R\$ 12,59	R\$ 2.051,89
8.3	EDIF	01-003-010	TRANSPORTE DE TERRA POR CAMINHÃO BASCULANTE, A PARTIR DE 1KM	M3XKM	59.962,90	R\$ 2,19	R\$ 131.318,75
8.4	EDIF	01-002-005	ATERRO, INCLUSIVE COMPACTAÇÃO MANUAL	M3	143,41	R\$ 42,90	R\$ 6.152,10
8.5	INFRA	04-012-000	ESCAVAÇÃO MECÂNICA, CARGA E REMOÇÃO DE TERRA ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE 1,0KM, COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 17M3	M3	261,04	R\$ 9,91	R\$ 2.586,90
8.6	INFRA	04-061-000	REMOÇÃO DE TERRA ALÉM DO PRIMEIRO KM, COM CAMINHÃO DE 17M3	M3XKM	18,54	R\$ 0,94	R\$ 17,42



8.7	EDIF	05.09.007	Taxa de destinação de resíduo em aterro, tipo solo/terra	M3	2.312,53	R\$ 23,50	R\$ 54.344,45
TOTAL PARCIAL (R\$)						R\$ 5.203.819,34	
BDI (%)						19,00%	R\$ 987.251,13
SETOP - BDI (%)						24,68%	R\$ 1.915,36
TOTAL GERAL (R\$)						R\$ 6.192.985,83	

2.2. Os preços unitários referidos, contemplam todos os custos, despesas diretas e indiretas, benefícios (BDI), assim como os encargos sociais e trabalhistas (LST) e constituirão, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução dos serviços.

2.3. Os contratos serão celebrados preferencialmente pelo período de 12 meses.

3. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de preços é de um ano, prorrogável por igual período, desde que:

- a)** O detentor haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações;
- b)** Pesquisa prévia que revele que os preços registrados são compatíveis com os de mercado;
- c)** Comprovado o preço vantajoso para a Administração Pública.

3.2. Os quantitativos estimados na Ata de Registro de Preços serão renovados proporcionalmente ao período da prorrogação, observada a estimativa de consumo pelo Órgão Gerenciador inicialmente prevista.

3.3. A expiração do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não implica em extinção dos contratos dela decorrente, ainda em execução.

4. REAJUSTE E REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Para efeitos desta Ata, considera-se:

a) Reajuste de preços, a atualização dos preços registrados ou contratados segundo a variação de índices, visando a compensar, exclusivamente, os efeitos das variações inflacionárias;

b) Revisão de preços, nos termos do disposto no artigo 82, VI da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigo 104 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

4.2. O índice de reajuste será o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, nos termos da Portaria SF nº 389, de 18 de dezembro de 2017, editada pela Secretaria Municipal da Fazenda.

4.2.1. O índice previsto no item 4.2 poderá ser substituído por meio de Decreto ou Portaria da Secretaria Municipal da Fazenda e será automaticamente aplicado a este instrumento, independentemente da formalização de termo aditivo de ajuste.

4.2.2. Eventuais diferenças entre o índice geral de inflação efetivo e aquele acordado na Cláusula 4.2 não geram por si só, direito ao reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos decorrentes deste ajuste.

4.2.3. A Secretaria Municipal da Fazenda, nos termos do art. 11 do Decreto Municipal nº 57.580/2017, poderá editar ato normativo próprio prevendo casos de excepcionalidade ao artigo 7º do mesmo conjunto normativo.

4.3. A qualquer tempo, cada um dos preços registrados poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os fornecedores registrados para estabelecer o novo valor, conforme previsto no artigo 105 do Decreto Municipal nº 62.100/2022

4.3.1. A detentora da Ata de Registro de Preços, assegurado o contraditório e a ampla defesa, terá seu registro cancelado, sem aplicação de penalidade, quando não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese do subitem 4.3.

4.4. O preço poderá ser revisado, conforme estabelecido no artigo 13 do Decreto Municipal nº 49.286/08 alterado pelo Decreto Municipal nº 64.342/25.

4.4.1. O pedido de revisão deverá ser obrigatoriamente instruído com as justificativas pertinentes e os documentos que comprovem a procedência do pleito, sob pena de indeferimento.

4.4.2. A qualquer tempo, cada um dos preços registrados poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os fornecedores registrados para estabelecer o novo valor, conforme previsto no artigo 105 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

4.4.3. Independente de solicitação, os preços contratados deverão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado.

4.4.4. A Secretaria Municipal das Subprefeituras – SMSUB, acompanhará a atualização dos preços praticados e publicados pela ANP – Agência Nacional de Petróleo e, havendo redução, a DETENTORA será convocada a reduzir os preços para compatibilizá-los aos praticados no mercado.

4.4.5. Os novos preços aprovados só entrarão em vigor após assinatura do respectivo aditivo contratual entre as partes, retroagindo seus efeitos à data da publicação dos preços praticados e publicados pela ANP – Agência Nacional de Petróleo.

4.4.6. A DETENTORA poderá solicitar revisão ou readequação dos preços ao ÓRGÃO GERENCIADOR, por escrito, sendo que o pedido deverá ser apresentado à Administração Pública Municipal, acompanhados de todos os subsídios necessários à sua análise, nos termos do art. 138 do Decreto Municipal no 62.100/2022 e observado o art. 124, II, “d” da Lei Federal no 14.133/2021.

4.4.7. O ÓRGÃO GERENCIADOR se manifestará sobre eles no prazo de até 10 (dez) dias, submetendo o expediente à Secretaria Municipal da Fazenda para análise, ressalvadas as seguintes hipóteses:

a) Havendo necessidade de providências complementares por parte da DETENTORA, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que as providências forem cumpridas.

b) Caso a documentação não seja complementada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, o pedido será indeferido.

4.4.8. A análise da SMSUB deverá obrigatoriamente conter parecer conclusivo das áreas econômico-financeira e jurídica da Pasta, nos termos do art. 138 § 1º do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

4.4.9. Os prazos acima fixados poderão ser prorrogados mediante apresentação de justificativa que será submetida à Autoridade Competente para análise e deliberação.

4.4.10. Os novos preços aprovados nos termos do decreto mencionado no item anterior, só entrarão em vigor após a assinatura do respectivo aditivo contratual pelas partes, retroagindo seus efeitos à data do pedido de revisão ou à data de cumprimento das providências a que se refere o art. 6º, inciso III, alínea “a” do Decreto Municipal nº 49.286/2008 e posteriores alterações.

5. DA GARANTIA CONTRATUAL

5.1 A garantia será prestada pela detentora, antes da lavratura do termo contratual nas modalidades previstas no art. 96, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Portaria SF nº 338/2021 e alterações, conforme dispõe o Anexo XVII da Minuta Contratual do instrumento convocatório.

6. PRAZOS E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A contratação só estará caracterizada após o recebimento da "Ordem de Serviço" ou instrumento equivalente, devidamente precedido do Contrato decorrente da Ata de Registro de Preços.

6.2. Para assinatura do Contrato ou retirada da Nota de Empenho deverá a detentora apresentar os documentos já exigíveis por ocasião da habilitação, aqueles necessários à contratação, atualizados, caso solicitados.

6.2.1 Como condição à contratação, ainda, deverá restar comprovado que a empresa a ser contratada não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, que disciplinam que a inclusão no CADIN impedirá a empresa de contratar com a Administração Municipal.

6.2.2. Comprovação do recolhimento da garantia contratual em quaisquer das modalidades previstas no art. 96, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Portaria SF nº 338/2021 e alterações, no valor correspondente a 5% (cinco inteiros por cento) do valor global do Contrato a ser firmado;

6.2.3. Indicação dentre os responsáveis técnicos constantes da Ata de Registro de Preços, aquele que responderá tecnicamente pelos serviços executados e o preposto que a representará nos locais de trabalho;

6.2.4. Certidão, atualizada, de Inexistência de Débito para com a Seguridade Social;

6.2.5. Certificado, atualizado, de regularidade de situação para com o Fundo de Garantia de Tempo do Serviço (FGTS);

6.2.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

6.2.7. Certidão Negativa de Débitos Tributários Mobiliários, atualizada, expedida pela Secretaria Municipal das Finanças deste Município de São Paulo;

6.2.8. Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional;

6.2.9. Prevenção de Riscos Ambientais, Serviços de Segurança e Medicina do Trabalho prevendo as condições e os riscos do trabalho dos funcionários;

6.10. Quando cabível a lavratura do Contrato, a detentora será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da convocação, assiná-lo, desde que cumpridas as exigências legais, momento em que lhe será entregue a correspondente Nota de Empenho.

6.11. Quando desnecessária a lavratura do Contrato, o prazo para retirada da Nota de Empenho será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação da detentora para tanto, cumpridas as exigências legais.

6.11. Formalizada a contratação será emitida a “Ordem de Serviço” ou instrumento equivalente que deverá ser retirada pela contratada, em até 03 (três) dias úteis contados da convocação.

6.12. Na hipótese da detentora da Ata de Registro de Preços se negar a retirar a “Ordem de Serviço” esta será enviada pelo Correio, por carta registrada, considerando-se como efetivamente recebida na data do registro, para todos os efeitos legais.

6.13. A “Ordem de Serviço” ou instrumento equivalente deverá obrigatoriamente conter: data, número do processo, número da Ata de RP; número do Contrato, quando for o caso, número da Nota de Empenho, quantidade e especificação dos serviços, prazo para sua prestação, valor, nome do responsável pela fiscalização, carimbo e assinatura do engenheiro responsável pela Unidade Requisitante, data e hora da recepção pela contratada e assinatura de seu preposto, com a sua identificação e cargo.

6.13.1. Deverá ser juntada cópia da "Ordem de Serviço" nos processos de requisição e de liquidação da despesa.

6.14. A detentora fica obrigada a atender todas as "Ordens de Serviço" expedidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, até o limite estimado de utilização por unidade administrativa que integra o LOTE.

6.15. Os serviços serão realizados conforme estipulado pela CONTRATANTE, devendo ser inserido na “Ordem de Serviço”.

6.15.1. A mudança de horário, por necessidade dos serviços, deverá ser comunicada à detentora com antecedência de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas, exceto serviços considerados emergenciais.

6.16. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado da data da assinatura, prorrogável por igual período, nos termos do art. 99 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

6.16.1. Em casos excepcionais, devidamente justificados em razão da sazonalidade, os contratos poderão ser celebrados por período inferior.

6.16.2 No cronograma físico – financeiro do contrato deverão estar contemplados os prazos de execução de cada local de intervenção objeto deste pacto, bem como, os prazos necessários à sua perfeita execução.

6.17. A fiscalização da unidade requisitante poderá recusar os serviços caso os funcionários e/ou equipamentos estiverem em desacordo com as exigências previstas no ANEXO III do edital da

licitação que precedeu este ajuste, sujeitando-se a contratada às sanções previstas na cláusula 10 desta Ata.

6.18. Não será permitida a subcontratação dos serviços.

6.19. A detentora deverá apresentar-se diariamente no local estipulado na “Ordem de Serviço”.

6.20. A CONTRATANTE deverá encaminhar à Coordenadoria Geral de Licitações de Contratos – COGEL as informações sobre as contratações efetivamente realizadas.

6.21. O prazo para a execução dos serviços 120 (cento e vinte) dias contados a partir do recebimento de cada Ordem de Início de Serviços, emitida pela fiscalização do Contrato, de acordo com Cronograma de Desembolso.

7. DAS MEDIÇÕES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 A medição dos serviços executados deverá ser requerida pela futura contratada, ora detentora, em conformidade com a Cláusula Sétima do Anexo XVII - do Termo de Contrato do instrumento convocatório.

8. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. Os serviços objeto da Ata de Registro de Preços serão recebidos pela unidade requisitante consoante o disposto no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes:

- a)** provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b)** definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

8.1.1. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

8.1.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

8.1.3. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos no contrato.

9. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

9.1. São obrigações da detentora:

- a)** Exercer regularmente o objeto deste ajuste, respondendo perante a CONTRATANTE pela fiel e integral realização dos serviços contratados.
- b)** Deverá arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados que participem da execução do objeto contratual.
- c)** Responsabilizar-se, integralmente, pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, ou quaisquer outros que vierem a substituí-los, alterá-los ou complementá-los.
- d)** Entregar o objeto deste instrumento, pelo preço e condições oferecidas, não lhe cabendo o direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta, quer seja por erro ou omissão.
- e)** Substituir os equipamentos se forem constatadas as suas inadequações.
- f)** Manter, durante o prazo de execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- g)** Atender a todos os aspectos de Segurança e da Medicina do Trabalho durante a execução do escopo contratual, bem como respeitar as normas e procedimentos de controle interno.
- h)** Arcar com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da prestação dos serviços e seus desdobramentos casuísticos, incluindo-se as despesas e ônus trabalhistas e os encargos

sociais, bem como os insumos necessários para o total e completo atendimento do objeto, sejam eles técnicos e legais.

- i)** Prestar os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, bem como comunicá-la imediatamente, quaisquer fatos ou anormalidades que, porventura, possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços.
- j)** Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do objeto contratado.
- k)** Comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, caso haja motivos que impossibilitem a execução dos serviços e/ou cumprimento dos prazos previstos neste instrumento.
- l)** Fica expressamente vedada a subcontratação de outra empresa para execução de parcela de maior relevância do objeto deste instrumento.
- m)** Correrão por conta, exclusiva, da DETENTORA todos os custos, direto e indireto necessário para execução dos serviços, tais como: mão de obra, leis sociais, BDI, benefícios (vale-transporte, vale-refeição), transporte, equipamentos, materiais e todas as taxas, tributos, impostos ou preços públicos porventura devidos, em decorrência deste instrumento.
- n)** Submeter, previamente à aprovação da fiscalização, por parte da CONTRATANTE, todos os seus equipamentos, ferramental e veículos, os quais estarão à disposição para a execução dos serviços.
- o)** Manter permanentemente e colocar à disposição da fiscalização, por parte da CONTRATANTE, os meios necessários e aptos a permitir a medição dos serviços executados, bem como a inspeção dos materiais e dos equipamentos, independentemente das inspeções de medições para efeito de faturamento.
- p)** Afastar do serviço, todo e qualquer empregado que, por conduta pessoal ou profissional, possa prejudicar o bom andamento dos serviços ou a ordem do local.
- q)** Recolher Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, junto ao órgão competente em no máximo 10 (dez) dias corridos da data da assinatura do contrato.

- r)** Quando a execução dos serviços constante no objeto do Termo de Referência necessitar a interdição, mesmo que parcial, de uma ou mais ruas, será necessário a detentora fazer a solicitação, junto a Gerência de Obras da CET, do TPOV – Termo de Permissão para Ocupação de Vias. Este documento estabelece o horário que é permitido para a execução do serviço pretendido.
- s)** Da mesma forma, os materiais empregados nesta obra deverão ter qualidade comprovada e obedecer às especificações contidas neste documento, nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais normas especificações técnicas previstas no Termo de Referência, devendo ainda serem cumpridas as normas relativas ao Meio Ambiente e à Saúde e Segurança no Trabalho, cabendo à empresa contratada a responsabilidade final pela correta execução dos serviços.
- t)** demonstrar, em até 30 (trinta) dias, contados do início da execução do respectivo contrato, que possui sede, filial, escritório ou preposto à disposição dos empregados e da Administração Pública no Município ou na região metropolitana onde serão prestados os serviços, sob pena de incorrer nas sanções contratuais e rescisão do ajuste.

10. DAS PENALIDADES

10.1. São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/2021 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

10.2. As sanções e procedimentos a que se refere o item 10.1, deverão ser aplicados pelos órgãos responsáveis, conforme artigo 8º, inciso VIII do Decreto 11.462/2023.

10.3. As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a)** Comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou;
- b)** Manifestação da Unidade Requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

10.4. Ocorrendo recusa da detentora em retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração, garantindo o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

- a)** Multa no valor de 20% (vinte inteiros por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;
- b)** Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 03 (três) anos com a Administração Pública, a critério do Órgão Gerenciador.

10.4.1. Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

10.5. As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da lei, garantindo o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas, serão aplicadas como segue:

10.5.1. Multa de 20% (vinte inteiros por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto.

10.5.2. Multa de 20% (vinte inteiros por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste.

10.5.3. Multa de 1,0% (um inteiro por cento) sobre o valor do material não entregue por dia de atraso, inclusive nas hipóteses de fixação de prazo para substituição ou complementação, limitado o atraso até o prazo máximo de 10 (dez) dias do prazo fixado, após restará configurada a inexecução do ajuste, parcial ou total a depender se o atraso se deu em parte ou no todo.

10.5.4. Multa de 5% (cinco inteiros por cento) sobre o valor do material entregue em desacordo com as especificações do edital e do ajuste, sem prejuízo de sua substituição, no prazo estabelecido.

10.5.5. Multa de 2% (dois inteiros por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições desta cláusula.

10.5.6. Multa de 20% (vinte inteiros por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da detentora.

10.5.7. Multa de 20% (vinte inteiros por cento) sobre o valor do ajuste, em caso de descumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

10.6. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

10.7. Multa de 3,5% (três e cinco décimos inteiros por cento) adstritas às inexecuções por falta e/ou prejuízo da mão de obra, de acordo com o serviço, delimitada às fichas de aferição, cujo subsídio será utilizado para apuração e aplicação de penalidade.

10.8. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à autoridade cuja penalidade foi aplicada.

10.9. Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.

10.9.1. Caso a contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste.

10.10. Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do art. 158, *caput* e §1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.11. São aplicáveis a presente Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela derivados no que for cabível, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

11. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito, pela Secretaria Municipal das Subprefeituras, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando a DETENTORA:

11.1.1. Descumprir as condições estabelecidas no presente instrumento ou normas legais aplicáveis à espécie;

11.1.2. Não firmar os contratos, quando cabível, decorrente da Ata de Registro de Preços ou deixar de dar recebimento à Nota de Empenho, se a Administração não aceitar a justificativa quando apresentada;

11.1.3. Não aceitar reduzir o preço registrado na hipótese de este tornar-se superior aos praticados no mercado;

11.1.4. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

11.1.5. Deixar de possuir qualquer das condições de habilitação e ou de participação exigida na licitação;

11.1.6. Der causa à rescisão administrativa dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços;

11.1.7. Nas hipóteses estabelecidas na Sessão IV, Subseção X “Do Cancelamento dos Preços Registrados” do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

11.2. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nas hipóteses previstas nesta cláusula, será feita pessoalmente, por correspondência com aviso de recebimento, por meio eletrônico ou por qualquer meio eficaz de comunicação.

11.3. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida nas hipóteses de rescisão dos contratos em geral, com as consequências legalmente previstas.

12. DA CONDIÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DA ATA

12.1. Somente a SMSUB/ATOS figura como órgão participante do presente registro de preços, sendo o Órgão Gerenciador SMSUB/COGEL.

12.2. Poderão fazer uso desta Ata de Registro de Preços, qualquer órgão ou entidade da Administração Direta e Indireta, inclusive autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município, desde que devidamente comprovada a vantagem da utilização.

12.3. Fica vedado à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tenha participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital desde que comprovada a vantajosidade da adesão à ata de registro de preços.

12.4. A contratação dos Órgãos Participantes poderá superar, excepcionalmente, em até 100% (cem inteiros por cento) os quantitativos estimados, desde que devidamente justificado.

12.5. O Órgão Gerenciador deverá ser previamente consultado e autorizar a utilização da Ata de Registro de Preços por Órgão ou Entidade não participante.

12.5.1. Na hipótese prevista neste item, caberá ao detentor da Ata, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos inicialmente estimados e desde que não haja prejuízo ao atendimento das obrigações anteriormente assumidas.

12.6. As aquisições ou contratações adicionais por órgão ou entidade não participante não poderão exceder:

- a) Por órgão ou entidade aderente, a 50% (cinquenta inteiros por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e para os Órgãos Participantes;
- b) No conjunto, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços.

12.7. As consultas deverão ser instruídas no processo da contratação pretendida e encaminhadas à SMSUB/COGEL/CARP, a qual analisará a consulta.

12.8. Em atendimento ao Decreto Municipal nº 55.838/2015, os processos deverão ser elaborados no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, e instruídos com o preenchimento do documento padrão “ARP Acionamento por Órgão Participante”.

12.9. A contratação e a emissão de empenho serão autorizadas, caso a caso, pelo titular da Pasta à qual pertencer à Unidade Requisitante, ou pela autoridade por ele delegada, ficando a Unidade responsável pelo cumprimento das disposições da presente Ata e a observância das normas aplicáveis à matéria.

12.9.1. O cancelamento total ou parcial do empenho obedecerá à mesma regra.

12.10. O fiscal de contrato e o seu substituto serão indicados formalmente pela chefia da unidade demandante dos serviços, obras, ou materiais do objeto do contrato, e designados por meio de despacho do ordenador de despesa, previamente à formalização do ajuste, conforme o art. 6º do Decreto Municipal nº 54.873/2014.

13. DA CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

13.1. Para execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

14.2. A qualquer tempo, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles no mercado, cabendo ao órgão responsável convocar os fornecedores registrados para estabelecer um novo valor.

14.3. Fica a detentora ciente de que a assinatura desta Ata implica na aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços.

14.4. A Ata de Registro de Preços e os ajustes dela decorrente, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Municipal nº 62.100/22, à Lei Municipal nº 18.221/24, Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas complementares e disposições desta Ata, do Edital e seus anexos e do Termo de Contrato, aplicáveis à execução, especialmente aos casos omissos.

14.5. A detentora, no ato da assinatura desta Ata, apresentou a atualização dos documentos vencidos exigidos por ocasião da habilitação.

14.6. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais, o Edital da Licitação, seus anexos e a proposta de detentora.

14.7. O Termo de Referência, Anexo III do Edital da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/SMSUB/COGEL/2025 e seus anexos passam a compor esta Ata de Registro de Preços.

15. DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer controvérsias do presente ajuste.

E para firmeza e validade de tudo quanto ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo de contrato, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado e rubricado pelas partes contratantes e duas testemunhas presentes ao ato.

São Paulo/SP



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

COORDENADORIA GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - COGEL

ÓRGÃO GERENCIADOR:

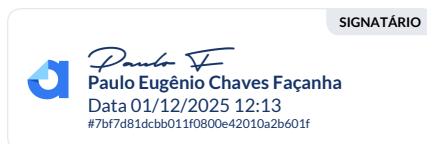


CINTIA GRECOV PERES

Chefe de Gabinete

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

DETENTOR:



PAULO EUGÊNIO CHAVES FAÇANHA

Sócio Diretor

GESTOR ENGENHARIA LTDA

